

CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA GEOGRAFIA

ESCALA GEOGRÁFICA

Matheus da Silveira Grandi¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
São Gonçalo, RJ, Brasil

Enviado em 30 jan. 2022 | Aceito em 20 fev. 2022

As escalas geográficas passaram a receber maior destaque na literatura em diferentes idiomas a partir dos anos 1980, embora expressem uma preocupação historicamente presente nas reflexões da Geografia como um todo desde antes disso. Sua polissemia se afirmou na medida em que as elaborações a seu respeito se avolumaram. Uma das características atuais dos debates que envolvem as escalas no âmbito da Geografia é, portanto, sua marcante pluralidade, seja com reflexões partindo de problemas dimensionais ou fenomenais (CASTRO, 1995); ao se levantar questões ligadas ao tamanho, ao nível ou às relações, como apontadas por Richard Howitt ao falar das escalas a partir de metáforas musicais; reconhecendo-se os sentidos que podem assumir – cartográfico, geográfico, operacional, de mensuração ou como construção, conforme indicado por Erik Sheppard e Robert McMaster em sua coletânea sobre o tema; enfatizando os aspectos dimensionais, cartográficos ou conceituais que trazem consigo (CORRÊA, 2003, 2006); ou pensadas como função dos fenômenos, das análises ou das ações (SOUZA, 2013). Tal diversidade demonstra que as reflexões sobre esse tema na Geografia vão muito além da diferenciação entre a escala cartográfica – a relação matemática estabelecida entre a dimensão real de um objeto e o tamanho de sua representação gráfica – e a escala geográfica. Diante disso, como conferir sentido à discussão contemporânea sobre elas?

Um passo inicial importante está em reconhecer a escala geográfica como um instrumento teórico-conceitual vinculado diretamente à questão mais ampla das relações entre partes e

1. Doutor em Geografia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8342-6792>. E-mail: mtsgrandi@gmail.com

totalidades – ou, em outros termos, entre processos e compreensões “macro” e “micro”. Ancorada na estrutura dicotômica do pensamento moderno-colonial, as polarizações (e esforços para superá-las) são enfrentadas também por outros campos científicos, de forma que embora apareçam com frequência nas narrativas a respeito da história da Geografia, não são exclusivas desse campo. Tais dicotomias são reincidentes na presença dos pares sociedade-natureza, corografias-cosmologias, nomotético-idiográfico e regional-sistemático, para ficarmos em alguns exemplos já clássicos. Nesse escopo, é nítido que o esforço por conferir sentido à diferença espacial também contou historicamente com formas específicas de compreensão das relações espaciais existentes entre, de um lado, as partes do espaço e seus processos particulares e, de outro, e as totalidades espaciais e seus processos entendidos como mais amplos. Ainda que nem sempre se tratasse de abordagens polarizadoras, identificar ou definir as unidades espaciais que deveriam ser consideradas fundamentais aos estudos sobre a espacialidade tornou-se um procedimento comum no decorrer dos séculos, vislumbrado na complementaridade dos pensamentos de Estrabão e Ptolomeu, na relação entre a Geografia universal e a Geografia particular de Bernard Varenius e no organicismo que servia como pano de fundo aos interesses de Alexander von Humboldt e de Karl Ritter, dentre outros exemplos. Em boa medida (inclusive sob influência de preocupações geopolíticas), o esforço para consolidar certas unidades espaciais como as ideais aos estudos geográficos culminou nas afirmações da virada do século XIX para o XX de que seria a região tal recorte privilegiado. Ao mesmo tempo, essas afirmações eram acompanhadas da ênfase na importância de se considerar tais parcelas do espaço no âmbito de organizações espaciais mais amplas. Isso pode ser visto de maneira mais difusa nas preocupações de investigar esses recortes à luz das influências no âmbito planetário, como afirmava Friedrich Ratzel, ou no reconhecimento de Paul Vidal de La Blache de que a multiplicação das páginas de estudos sobre a Terra reforçava sua convicção de que se tratava de “folhas de um mesmo livro”. Mas também são visíveis de maneira nítida a partir dos diversos apontamentos das primeiras décadas do século XX sobre a importância de se reconhecer as “unidades territoriais mais amplas”, nas palavras de Albrecht Penck, ou das tentativas de organizar hierarquicamente os diferentes recortes regionais elaboradas por autores como Andrew John Herbertson, Herbert Fleure, John Unstead, Derwent Whittlesey, Preston James, Clarence Jones, James Bird, Allan Philbrick, dentre outros – intentos nomeados como sistemas de regiões, hierarquia de posições, sistemas de divisões regionais ou hierarquia analítica de regiões. Isso reforça o fato de que o debate sobre a definição das partes do espaço e, ao mesmo tempo, as formas de articulá-las espacialmente a alguma totalidade estiveram presentes constantemente na história do pensamento geográfico.

A partir da década de 1950 o então chamado “problema da escala” é enunciado em trabalhos de inspiração neopositivista como uma questão metodológica ligada à importância de se definir criteriosamente os indivíduos e populações geográficas, algo que visava assegurar a possibilidade de estabelecimento de correlações ecológicas consistentes a partir do cuidado em definir as agregações espaciais de forma precisa o suficiente para evitar sobreposições de dados espaciais. Outras referências teóricas, no entanto, estimularam reflexões nas décadas seguintes que se opunham à redução dos mecanismos de divisão e organização do espaço a seu aspecto exclusivamente metodológico.

Sob influência filosófica da fenomenologia, do existencialismo e de diferentes tipos de marxismo, tais mecanismos passaram a ser reconhecidos também como constituídos por questões epistemológicas e, portanto, políticas, vinculando a questão escalar diretamente à prática e à ação social. Yves Lacoste (com suas ideias de espacialidade diferencial e espaço folheado, por exemplo), David Harvey (com as preocupações sobre o papel da organização territorial no sistema urbano e das

escalas no processo de ancoragem espacial que confere coerência estrutural ao modo de produção capitalista), John Hart (valorizando a dimensão da experiência e seus elementos estéticos e subjetivos para relativizar a ideia de que os recortes dos estudos geográficos poderiam ser estabelecidos previamente), Peter Taylor (ao incorporar as ideias de Immanuel Wallerstein às reflexões sobre as escalas geográficas) e, especialmente, Neil Smith (com a importância que as escalas geográficas assumem em sua teoria do desenvolvimento desigual), dentre outros, foram autores fundamentais para que a dimensão política da dimensão escalar começasse a ganhar visibilidade na virada da década de 1970 e durante a década seguinte. As últimas décadas do século XX, portanto, foram marcadas pela mescla dessas e de outras influências (como as provenientes dos escritos de Henri Lefebvre) que, em meio à difusão de narrativas sobre a “crescente globalização” neoliberal do mundo, contribuiu para consolidar as bases do processo de pluralização das compreensões sobre as escalas geográficas que se deu a partir da década de 1990.

A variedade de abordagens sobre a dimensão escalar da espacialidade alcançou alguns consensos na virada do século XX para o século XXI que, embora gerais, são referências importantes para a compreensão contemporânea sobre as escalas geográficas e os aspectos, dinâmicas e processos que as rodeiam. É possível destacar especialmente três pontos de acordo: (i) o reconhecimento das escalas geográficas como sendo resultantes de processos dinâmicos de construção social, conforme afirmado por tantas/os autoras/es, mas especialmente sublinhado por Sallie Marston (2000). O acordo em relação a esse elemento colaborou para a desnaturalização das escalas geográficas como categorias espaciais fixas, bem como com o questionamento de suas características antes assumidas como estabelecidas *a priori* (como seus limites, suas dimensões, sua coerência interna ou a importância relativa a outras escalas); (ii) a centralidade outorgada às análises multiescalares, independentemente dos métodos utilizados para desenvolver tais reflexões e das limitações e potencialidades que cada enfoque diferente sobre o tema tenha trazido consigo; (iii) a ênfase tanto nos processos inerentemente espaciais da política como no conteúdo indiscutivelmente político dos processos de divisão e organização do espaço.

Os trabalhos da virada do século tanto deram vazão a distintos interesses, quanto deixaram entrever o fato de que o debate sobre as escalas geográficas sofre, desde então, influências plurais em termos teóricos, filosóficos, epistemológicos e metodológicos. Esse caldo de abordagens originou perspectivas diferentes a respeito de três grandes assuntos que aparecem difusos nos trabalhos: a *natureza*, a *morfologia* e a *organização* das escalas geográficas.

Quanto à *natureza* delas, questionava-se se as escalas seriam entidades basicamente materiais ou fundamentalmente discursivas; se seriam categorias analíticas (construídas pelas/os pesquisadoras/es) ou categorias da prática social (resultado, portanto, da ação dos agentes produtores do espaço); e, por fim, se as escalas geográficas seriam constituídas por alguma dimensão ontológica (e, portanto, teriam alguma essência que as definiria) ou se deveríamos entendê-las, por outro lado, especialmente em sua dimensão epistemológica – ao estilo de Jean-Bernard Racine, Claude Raffestin e Victor Ruffly (1983), Iná Elias de Castro (1995) e Katherine Jones (1998).

A respeito da *morfologia* das escalas geográficas, por sua vez, surgiram dois entendimentos principais. O primeiro deles é notoriamente o mais comum na literatura geográfica e diz respeito àquele que enfatiza sua lógica zonal, afirmando que as escalas seriam unidades de área, espaços contíguos similares a contêineres espaciais com limites mais ou menos rígidos que, portanto, demarcariam com suas fronteiras espaços mutuamente excludentes. Nessa visão, as escalas seriam “(...) entidades separadas e distinguíveis dentro de uma hierarquia de divisões espaciais.” (HEROD, 2011, p. 144) [tradução livre]. Além dessa concepção, existem aquelas que dão destaque à dimensão

reticular das escalas e apontam para a importância de entendê-las como conjuntos espaciais articulados em redes, espaços organizados de maneira descontínua e flexível, deixando transparecer as formas por meio das quais se conectam simultaneamente com outros espaços sem que necessitem estabelecer entre eles uma relação hierárquica para isso.

Por fim, a *organização* das escalas geográficas também se tornou um tema recorrente na literatura a partir da década de 1990. Sobre isso, as/os autoras/es discutem as formas como esses recortes espaciais são postos em relação entre si e como as distintas totalidades espaciais que conformam – chamadas de configurações escalares por Chris Collinge, arranjos escalares por Dominique Masson (2006) ou sistema de escalas por Adam Moore (2018 [2008]) – exercem influência sobre a chamada *gestalt* das escalas (SMITH, 1988 [1984]; HEROD, 2011). A organização dessas totalidades é debatida visando refletir sobre suas características e seus desdobramentos, como o fato de terem ou não posições e relações predefinidas ou de serem pensadas a partir de formas de organização verticais (hierárquicas) ou horizontais (não-hierárquicas).

Esses três assuntos – natureza, morfologia e organização – alimentaram as reflexões sobre a dimensão escalar da espacialidade em diferentes ambientes acadêmicos, sobretudo a partir da década de 1990. No âmbito brasileiro, havia contribuições anteriores à consolidação desses eixos, como aquelas feitas por Fany Davidovich (1978), Milton Santos (1986) e Luiz Cavalcanti Bahiana (1986). Ainda assim, as considerações da literatura nacional nas décadas de 1990 e 2000 mesclaram esses assuntos com interesses específicos, especialmente a partir dos anos 2000, quando as preocupações com a escala geográfica surgem de forma mais recorrente. Na última década do século XX, porém, vale destacar alguns trabalhos por conta de suas perspectivas integradoras em relação ao espaço e ao tempo (HAESBAERT, 1993) e pelo impacto na conformação das concepções predominantes sobre as escalas que passaram a ter (CASTRO, 1995; Santos, 2008 [1996]). Suas contribuições marcantes, no entanto, deixaram como principais legados o reforço da diferenciação entre a escala cartográfica e a escala geográfica e a importância de que as pesquisas explicitassem suas “escalas de pertinência”. No início dos anos 2000, certas reflexões estrangeiras sobre o tema começam a influenciar trabalhos brasileiros que, ao mesmo tempo, começavam a explicitar os interesses próprios, sobretudo por meio das considerações elaboradas por Maria Laura Silveira (2004), Marcelo Lopes de Souza (2002, 2006) e Roberto Lobato Corrêa (2003, 2006). Mas foi na segunda década do século XXI que, no contexto brasileiro, as escalas geográficas passaram a ser tema de discussão mais frequente, compondo livros, capítulos, artigos e teses sobre o tema (MARTINS, 2010; SANTOS, 2011; CORRÊA, 2011; DIAS, 2012; SOUZA, 2013; GRANDI, 2015; COELHO NETO, 2017; dentre outros). Ainda que tais reflexões tenham se articulado pouco entre si, elas deixaram nítidas três preocupações principais das pesquisas brasileiras sobre as escalas geográficas: a busca por identificar e classificar as escalas geográficas (face classificadora das reflexões); o esforço de problematizar teórico-conceitualmente as escalas, debatendo mais profundamente questões relativas à natureza, morfologia e caminho traçado pelo debate sobre o tema (face teórico-conceitual); e a experimentação de maneiras de “traduzir” os debates teóricos em procedimentos de pesquisa dedicados a estudos empíricos (face político-pragmática).

O principal elemento para a compreensão do debate contemporâneo sobre as escalas geográficas tanto em âmbito internacional quanto nacional, no entanto, é o processo que visibilizou e deu ênfase à *dimensão política da escalaridade*. Por meio desse processo, para o qual colaboraram inúmeros trabalhos no decorrer das últimas quatro décadas em diferentes línguas, ganharam destaque as possibilidades de investigar os papéis das relações de poder na construção das escalas geográficas – e, por consequência, a importância das escalas na conformação e alteração dessas mesmas relações. Isso permitiu politizar os arranjos escalares, desnaturalizar aqueles já

consolidados no imaginário social dominante e estimular a reflexão sobre outras formas possíveis de integração entre recortes espaciais em totalidades – sobretudo por meio de reflexões sobre diferentes metáforas escalares (HEROD, 2011; GRANDI, 2021). Por outro lado, emergiu desse processo a ideia de *política de escalas*, rótulo sob o qual foi aglutinado um rol heterogêneo de reflexões brasileiras e estrangeiras. Dentre elas estão aquelas pesquisas dedicadas a pensar tanto a *política de constituição* das escalas (o conteúdo político que influencia a construção social das escalas) quanto aquelas focadas na *política da relação entre* escalas (o papel desempenhado pelas dinâmicas de poder nas relações estabelecidas entre diferentes escalas geográficas). No contexto dos estudos sobre a política de escalas foram cunhadas expressões e ideias hoje mais conhecidas, como por exemplo as de fixos escalares, salto de escalas, reescalonamento e deslocamento escalar. Ao mesmo tempo, a ênfase no conteúdo político da escalaridade foi articulada à preocupação de não reificar as escalas geográficas e os arranjos que elas constituem, permitindo que parte da literatura sobre o tema destacasse a importância de se pensar não apenas da perspectiva das políticas de escalas, mas também a partir da ideia de *políticas escalares*: enquanto aquela geralmente vê as escalas como recortes cruciais para que a ação política seja eficaz, esta trabalha a relação entre práticas políticas e escalaridade sem assumir as escalas em si como o foco dessas práticas, mas reconhecendo que é no decorrer da realização das ações é que elas adquirem uma dimensão escalar. Sob o olhar das políticas escalares, as ações é que seriam adjetivadas escalarmente.

Mais do que compreender a escala geográfica como um conceito, portanto, é crucial compreendê-la como um dos componentes presentes nas respostas elaboradas à questão de como dividir o espaço em partes e, concomitantemente, articular tais parcelas em totalidades espaciais. Este é o problema fundamental que caracteriza a *dimensão escalar* da espacialidade – cujas distintas respostas constituem o que se entende por *escalaridades*, formas sócio-histórico-espacialmente situadas de compartimentar o espaço e articulá-lo em totalidades construídas pelas relações conflituosas que caracterizam cada contexto histórico, social e espacial. As *escalas geográficas* resultam dos processos responsáveis por compartimentar o espaço visando as atividades tanto de reflexão quanto de ação sobre ele. No entanto, distinguem-se conceitualmente de outras formas de recortes (territórios, lugares, regiões, etc.) apenas quando se vinculam a algum conjunto de recortes que constrói um sentido de conjunto ou totalidade espacial – nomeado na literatura sobre as escalas geográficas como *arranjos*, *ordenamentos* ou *configurações escalares*. Essa interdependência é que permite afirmar que a escalaridade, por sua vez, é composta por *duas dimensões*: uma correspondente a uma lógica espacial *zonal*, responsável pelo estabelecimento de recortes espaciais contíguos; e outra referente a uma lógica espacial *reticular*, encarregada de articular tais recortes em totalidades espaciais.

Mas cumpre sublinhar que foi a explicitação do caráter político das escalas geográficas que cumpriu papel fundamental para a pluralização das concepções a seu respeito e para a proliferação de trabalhos no Brasil e no exterior, já que a quantidade de trabalhos diretamente dedicados a pensar a dimensão escalar cresceu nas últimas décadas tendo esse caráter como uma de suas características marcantes. Desde então, a questão da escala geográfica passou a englobar a preocupação por elaborar reflexões que partam de uma perspectiva construcionista e relacional a seu respeito. No entanto, tal literatura também permitiu compreender a escalaridade como um conjunto de ações que ao mesmo tempo reparam e organizam o mundo (superando visões que assumem como mutuamente excludentes as categorias de análise e as categorias da prática social – uma vez que toda análise é também uma ação sobre o mundo), motivando um colapso escalar que amalgama em cada recorte espacial os processos próximos e distantes e, portanto, afirma a dimensão escalar como uma das dimensões da espacialidade que define os horizontes de

possibilidades das ações políticas e que viabiliza questionamentos sobre as configurações dominantes e alternativas das relações de poder. Por isso, a ênfase em seu caráter de construção social e política deve ser acompanhada pelo olhar atento à sua historicidade e posicionalidade em termos sociais, históricos e espaciais das quais se originam e nas quais se inserem – cuidado sempre destacado por autoras como Grada Kilomba e Donna Haraway. Tal atenção autoriza compreender as escalaridades como construções sócio-históricas situadas e profundamente políticas. Aproveitar os debates recentes para reconhecer a importância da dimensão escalar da sociedade na construção e instituição das formas como o mundo é dividido e articulado e, portanto, sua influência sobre as concepções que motivam as ações sobre a realidade permite avançar em relação ao reconhecimento da escala geográfica como um artifício de apreensão do real. Mais do que isso, as reflexões recentes deixaram nítido que as encruzilhadas que conectam as escalas geográficas à ação social as transformam em elementos que constituem o pensamento e, conseqüentemente, em importantes instrumentos de poder.

Referências

- BAHIANA, Luis Cavalcanti da Cunha (1986): *Contribuição ao estudo da questão da escala na geografia: Escalas em geografia urbana*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro.
- CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. (orgs.): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.
- COELHO NETO, Agripino Souza (2017): Políticas de escala e a conformação de estratégias-rede das ações coletivas no espaço sisaleiro da Bahia. *GEOgraphia*, v. 19, n. 41, pp. 40-53. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i41.a13817>
- CORRÊA, Roberto Lobato (2003): Uma Nota sobre o Urbano e a Escala. *Território*, no 11-12-13, pp. 133–136.
- CORRÊA, Roberto Lobato (2006): Diferenciação Sócio-Espacial, Escala e Práticas Espaciais. *Cidades*, v. 3, no 6.
- CORRÊA, Roberto Lobato (2011): Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço. In: CARLOS, Ana Fani et al. (org): *A Produção do Espaço Urbano: Agentes, Processos, Escalas e Desafios*. São Paulo: Contexto.
- DAVIDOVICH, Fany (1978): Escalas de urbanização: Uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 40, n. 1, pp. 51–82.
- DIAS, Leila Christina (2012): Redes, territórios e o problema da escala. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; EGLER, Tamara Tania Cohen; SÁNCHEZ, Fernanda (org.). *Política governamental e ação social no espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital / Anpur, 2012, v. 1, p. 79-94.
- GRANDI, Matheus (2015): *A construção escalar da ação no movimento dos sem-teto*. Tese (Doutorado em Geografia), PPGG/UFRJ, Rio de Janeiro
- GRANDI, Matheus. (2021). "Problematizações contemporâneas sobre a escalaridade: forma, natureza e organização das escalas geográficas". *GEOgraphia*, 23(50), 1-18. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2021.v23i50.a28635>
- HAESBAERT, Rogério (1993): Escalas Espaço-Temporais: Uma Introdução. *Boletim Fluminense de Geografia*, v. 1, n.1, pp. 31–51.
- HEROD, Andrew (2011): *Scale*. New York: Routledge.
- JONES, Katherine (1998): Scale as epistemology. *Political Geography*, v. 17, n. 1, pp. 25–28. [https://doi.org/10.1016/S0962-6298\(97\)00049-8](https://doi.org/10.1016/S0962-6298(97)00049-8)
- MARSTON, Sallie (2000). The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, v. 20, n. 2, pp. 219–242. <https://doi.org/10.1191/027000000674086272>
- MARTINS, Flávia Elaine da Silva (2010): *A (re)produção social da escala metropolitana: um estudo sobre a abertura de capitais nas incorporadoras e sobre o endividamento imobiliário urbano em São Paulo*. Tese (Doutorado em Geografia Humana), FFLCH / USP. São Paulo.
- MASSON, Dominique (2006[2006]): Escala geográfica e transnacionalização: análise sobre movimentos sociais e de mulheres. *Caderno CRH*, v. 19, n. 48, pp. 445-459. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v19i48.18866>
- MOORE, Adam (2018[2008]): Repensar a escala como uma categoria geográfica: da análise para a prática. *GEOgraphia*, v. 20, n. 42, pp. 3-24. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2018.v20i42.a13829>
- RACINE, Jean-Bernard; RAFFESTIN, Claude; RUFFY, Victor (1983): Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 45, n. 1, pp. 123–135.
- SANTOS, Milton (1986): *O Período técnico-científico e os estudos geográficos*. Seminário interamericano sobre ensino dos estudos sociais. Washington: OEA.
- SANTOS, Milton (2008 [1996]): *A natureza do espaço*. 4a ed. São Paulo: Edusp.
- SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos (2011): *Movimentos Sociais e Geografia: Sobre a(s) espacialidade(s) da ação social*. Rio de Janeiro: Consequência.
- SILVEIRA, Maria Laura (2004): Escala geográfica: da ação ao império? *Revista Terra Livre*, v. 2, n. 23, pp. 87–96.

- SMITH, Neil (1988 [1984]): *Desenvolvimento desigual – Natureza, Capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SOUZA, Marcelo Lopes de (2002): *Mudar a cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SOUZA, Marcelo Lopes de (2006): *A Prisão e a Ágora*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SOUZA, Marcelo Lopes (2013): *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.